

---

## NOTA SOBRE A VIOLÊNCIA NOS CENTROS DE SAÚDE DE CAMPINAS

O Conselho Municipal de Saúde tem acompanhado, com preocupação, uma crescente onda de roubos a unidades de saúde na atenção básica da nossa cidade.

Estamos solidários (as), consternados (as) e indignados (as) com a situação, que justamente penaliza tanto esforço de equipar, qualificar e melhorar o atendimento à população.

Embora sem dados que comprovem, parece-nos haver uma escalada de violência contra as unidades de saúde, mas também contra seus (suas) trabalhadores (as).

São inúmeras as histórias, depoimentos e notícias na imprensa de profissionais de saúde que são agredidos verbalmente, recebem ameaças de morte e, muitas vezes, são agredidos fisicamente. Há também, sabemos, queixas de usuários (as) que se sentem agredidos (as) quando recebem respostas grosseiras ou não são atendidos (as) adequadamente.

Esses fatos nos indicam que o problema é complexo com explicações multifatoriais, sem respostas simplistas.

Há, sem dúvida, como vários indicadores demonstram, muita violência na sociedade em geral e, claro, os serviços e profissionais de saúde não ficariam imunes a ela. Há, por outro lado, uma grande precariedade dos nossos serviços de saúde, com baixa cobertura populacional, vazios assistenciais, repressão de demanda, causando insatisfação por parte dos (as) usuários (as). Estes (as), por sua vez, já vítimas de situações socioeconômicas precárias, pioradas durante a pandemia, respondem com agressividade, criando um ciclo que retroalimenta o problema: estresse e adoecimento dos (as) trabalhadores (as), afastamentos do trabalho, transferências para outros serviços, fechamentos de unidades com dias parados, mais custos de manutenção, mais repressão de demanda, mais insatisfação por parte do (a) usuário (a), menos respeito pelos serviços e trabalhadores (as) e mais violência.

Precisamos, todos nós, usuários (as), trabalhadores (as), gestores (as) do SUS nos debruçar sobre a questão e buscar respostas institucionais mais efetivas e duradouras.

Campinas precisa retomar o mais breve possível as discussões, capacitações e educação permanente com trabalhadores (as) utilizando como referência a Política Nacional de Humanização, discutindo processos de trabalho, políticas antirracistas, o racismo institucional, a inclusão da população LGBTQIA+, a melhoria da comunicação com diversos perfis de usuários (as) com deficiências, como é o caso da Língua Brasileira de Sinais e outros instrumentos nas ações cotidianas da unidade, de forma a contribuir para diminuir a violência.






Dentre estas rediscussões devemos repensar o papel da guarda municipal que vem atuando em policiamento urbano, contrariando, a nosso ver o artigo 144 parágrafo 8o da Constituição Federal, regulamentado pela Lei 13022 de 2014. Não deveria ela estar guardando os próprios municipais, objetivo para o qual foi criada? Porque manter empresas terceirizadas como guarda patrimonial, desperdiçando dinheiro público, quando se tem quadro de pessoal próprio de trabalhadores da segurança pública para desempenhar essa função?

Consideramos importante que essas discussões extrapolem o âmbito da saúde, integrando, além dos (as), usuários (as), trabalhadores (as) e gestores (as) da saúde, todas as outras instituições municipais que trabalham no território, como a assistência

social, educação, cultura, organizações comunitárias, entre outras. Busca-se, assim, aumentar o vínculo da comunidade com os serviços públicos.

Não nos iludimos. Enquanto não mudarem as questões estruturais na sociedade como um todo, conviveremos com a violência, particularmente quando esta é alimentada pelo próprio presidente da república.

Entretanto, há medidas que podem reduzir a violência, pois não podemos esperar somente pelas medidas de longo prazo. De imediato é possível e necessário tomar iniciativas. Neste sentido, exigimos urgentemente:

-  Colocação de câmeras, alarmes nas unidades e contratação de seguro contra roubo para equipamentos como computadores e outros que chamam atenção para furtos;
-  A guarda municipal mais próxima do serviço, fazendo rondas com mais periodicidade e adentrando, várias vezes no dia, nos recintos das unidades, de modo a se vincular com o serviço;
-  Vigilância nas 24 horas, 7 dias da semana em todos os serviços;
-  Melhora da iluminação pública ao redor das unidades;
-  Discussão com a Secretaria de Segurança e o Conselho Integrado de Segurança Pública e Defesa da Vida de Campinas para que se mantenha um “serviço de inteligência permanente” para estudarem e viabilizarem outras ações imediatas e complementares, especialmente monitorando atuação de organizações com “modus operandi” comuns para enfrentamento diversificado.

Campinas, 07 de janeiro de 2021.